

DISCURSO DE POSSE (*)

Carlos D'Alge

Recebo com alegria o diploma que me confere a honra de participar do convívio desta Academia. Pelas mãos de Vossa Excelência, Senhor Presidente, e através do aplauso dos senhores Acadêmicos e dos ilustres convidados e amigos, que vieram prestigiar este ato público e solene, ingresso na Academia Cearense de Letras. No momento em que me é concedida a cidadania cultural cearense e que coincide com o apogeu de minha maturidade e da minha realização profissional e intelectual, cumpre-me homenagear, permiti-me, antes que faça o elogio histórico do meu ilustre patrono, o Senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil, e do meu antecessor o Doutor Hugo Catunda Fontenele, as figuras de Antônio José Pereira de Moraes Neves, meu avô materno, e as dos Acadêmicos Jáder de Carvalho, Luís Sucupira, Carlos Studart Filho e Misael Gomes, que completaram a 21 de maio deste ano o Jubileu de Ouro, na qualidade de membros deste Sodalício.

Essa homenagem, como deveis ter percebido, é dirigida a portugueses e cearenses. Julgo que ambos possuem traços comuns que completam as suas individualidades. Para representar os primeiros escolhi a figura do meu avô, pois ela exemplifica, com a claridade das coisas simples e humanas, o destino de centenas de milhares de portugueses que ajudaram a formar e a construir uma nação que tenta afirmar-se, com independência e soberania, neste contraditório e caótico final de século, abrindo uma estrada plana que aponta para a única direção viável que é o caminho da democracia social, e que deve evitar a todo custo os fortuitos desvios que podem conduzir-nos à trágica e irremediável violência dos terrorismos permanentes.

Os portugueses integraram-se neste país e como o seu arquétipo universal percorreram os mais longínquos e pressagos roteiros, na tentativa de desvendar o desconhecido, garantindo-nos, desta maneira, a unidade territorial e lingüística. Se cometeram erros e esses foram muitos, se aviltaram o gentio, se desviaram para a metrópole o ouro das Minas que, diga-se a verdade, só veio beneficiar a alta burguesia e a aristocracia, eles já se recu-

(*) Pronunciado em sessão solene realizada a 30 de setembro de 1980.

peraram perante a história. Despidos de preconceitos raciais, políticos ou de classe social, eles acabaram por se incorporar ao povo brasileiro constituindo uma só família, na qual muitas das tradições culturais que nos legaram permanecem bem vivas nos diferentes estratos sociais, na vida diária, no campo e na cidade, no lazer e no trabalho.

Meu avô, como tantos outros emigrantes, veio para o Brasil aos treze anos de idade. Desembarcou em Belém do Pará e naquela capital viveu exatamente sessenta e cinco anos. De servente numa companhia mercantil, tornou-se, sucessivamente, balconista, escriturário, contador, Diretor e Presidente de uma das empresas do Pará que muito contribuiu para o desenvolvimento do comércio do Norte brasileiro. Ao fim da vida havia reunido — ele que apenas pudera obter o grau de contador numa escola noturna — um acervo de conhecimentos no campo da história, da ciência e da geografia que lhe permitiam discutir, por exemplo, pormenores da guerra de 1914-1918, o conflito russo-japonês, o currículo de líderes mundiais daquela época. Menino, eu o ouvia, atentamente, deslumbrado com as descrições que ele me fazia com o auxílio do mapa-mundi. É pois na figura desse português que emigrou de uma pequena aldeia do Norte de Portugal para Belém do Pará, e ali construiu a sua vida e as nossas vidas, que eu homenageio todos os portugueses que um dia, também, deixaram as suas terras, os seus lares, as suas oficinas, para aqui, neste país, ajudarem a edificar uma nova e moderna nação.

Para homenagear os cearenses com quem convivo há quase trinta anos — foi aqui em Fortaleza que amadureci, ingressei na Universidade, e escrevi a minha pequena e modesta obra literária — escolhi as figuras de quatro ilustres filhos do Ceará que em 1980 comemoram cinqüenta anos de vida acadêmica. Com efeito, Jáder de Carvalho, Luís Sucupira, Carlos Studart Filho e Misael Gomes, representam a própria história contemporânea deste Estado. Se quisermos reescrevê-la, encontraremos nas personalidades destes insígnies Acadêmicos a crônica dos mais importantes acontecimentos destes cinqüenta anos: na política, no jornalismo, na igreja, na educação civil e militar, na medicina, na cultura histórica e poética, no Instituto do Ceará e na Academia Cearense de Letras. Na verdade todo o Ceará contemporâneo encontraria a sua síntese na vida pública e literária destes Acadêmicos. As minhas homenagens, e creio as de todos nós, a eles que com cinqüenta anos de vida acadêmica ainda nos podem estimular, sugerir, e ajudar a ver, com otimismo, que o que menos importa é a vida cronológica, o que realmente conta é a vida mental. Um exemplo bem patente está em Jorge Luis Borges, que aos 81 anos de idade, com quarenta obras publicadas e traduzidas em trinta e oito idiomas, produziu a mais complexa e imaginosa obra literária que o tornou um dos mais respeitados nomes da literatura mundial. Pois bem, é esse Borges que, irremediavelmente cego, saboreia e convive a própria cegueira, recriando

um universo labiríntico e fantástico em suas narrativas, e que é capaz de assinar, como o fez recentemente, um manifesto em favor dos desaparecidos políticos nos sumidouros da repressão do seu país.

A Academia Cearense de Letras nasceu num significativo momento quando ainda estavam presentes na memória de todos a defesa das liberdades públicas e a campanha abolicionista, resultantes de um movimento de vanguarda que se opusera ao imobilismo e ao conformismo. Só esse registro garantiria a esta Academia o espírito altamente democrático que a preside. Não é uma Academia aristocrática: ela absorveu sem preconceitos os mais diferentes matizes ideológicos e abriu as portas da chamada imortalidade a representantes dos mais variados setores da vida pública, intelectual e profissional do Estado. De fato, escreve Raimundo Girão, no ensaio **A Academia de 1894**, que dá continuidade ao pioneiro estudo de Manoel Albano Amora **A Academia Cearense de Letras**: "não parou o espírito de vanguarda tão ardorosamente manifestado em discursos, comícios de praça pública, artigos de jornais", ao referir-se à batalha antiescravista concluída com a Declaração de 25 de março de 1884. É que esse mesmo espírito de vanguarda esteve sempre à frente dos movimentos intelectuais que resultaram na fundação do Clube Literário, de 1886, do Clube Iracema, em 1884, do Instituto do Ceará, em 1887, da Padaria Espiritual, de 1892, e da Academia Cearense de 1894.

É portanto a esta Academia que chego no momento preciso, pois como nos ensina o livro dos livros há tempo para tudo. Chego com a mesma disposição com que enfrentei a minha vida profissional, primeiro na advocacia e jornalismo, depois no ensino universitário e na administração pública. Devo confessar que sempre vi com respeito o desempenho deste Sodalício. Já falei do seu espírito jovem e democrático, que o diferencia de muitos congêneres. Esta não é a Academia que mereceu as ferinas estocadas da geração coimbrã ou da geração futurista de 1917. Nem a Academia que recebeu em 1922 um Marinetti envelhecido e cooptado, sobre quem Fernando Pessoa escreve um poema extremamente irônico, pois o fundador do futurismo tornara-se agora mentor do regime, negando todo o espírito revolucionário da juventude. De fato, o Marinetti que escreve o **Canto eroi e macchine delle guerra mussoliniana** não é o mesmo dos manifestos que incendiaram culturalmente a Europa.

É com gosto e com muita disposição de trabalho que ingresso na Academia. Este júbilo se torna significativo por ter como Patrono uma das figuras mais eminentes da história do Brasil Imperial e o mais expressivo vulto da política cearense da segunda metade do século XIX: o Senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil. Patrono da Cadeira nº 36, esta foi ocupada, inicialmente, quando da fundação da Academia, pelo seu filho, o Doutor Tomás

Pompeu de Sousa Brasil, figura também insigne do magistério e da vida pública cearense, e teve ainda, como ocupantes, os Acadêmicos Adauto de Alencar Fernandes e Hugo Catunda Fontenele.

O Senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil, escreveu o saudoso amigo José Aurélio Saraiva Câmara, que lhe organizou a correspondência, publicada pelo Instituto do Ceará, em 1960, foi "a mais perfeita e sólida união do prestígio político e intelectual que registra a História do Ceará". Lembrar-se-ão hoje os cearenses dessa notável figura? Talvez, e certamente assim será, o grande público ao ouvir o nome do Senador deve relacioná-lo apenas com o logradouro público desta Capital e com o próspero município que lhe herdou o nome. No Centro do Rio de Janeiro também há uma velha rua batizada com o nome do ilustre cearense. Revelou-nos ainda Nertan Macedo, autor dos três volumes sobre a gesta histórica dos clãs pastoris do Ceará, que o Senador Pompeu é também personagem de romance: ele é o **Padre Brasil**, do famoso romance de Manoel de Oliveira Paiva, **D. Guidinha do Poço**. Com efeito, acrescenta mestre Raimundo Girão, "o logradouro público, que mal então se delineava, chamado Rua Amélia, em honra da segunda imperatriz do Brasil, e onde residia e faleceu o notável geógrafo, passou a denominar-se Rua Senador Pompeu, em virtude de decisão da Câmara Municipal". Por outro lado, — continua o historiador — a toponímia do Ceará, igualmente em homenagem ao grande Chefe liberal, deu o nome de Senador Pompeu, com a categoria de vila, à antiga povoação de Humaitá".

A melhor informação biobibliográfica sobre o Senador Pompeu, embora dele falem o **Dicionário Bio-Bibliográfico** do Barão de Studart, as enciclopédias nacionais, os anais do Senado, os volumes já mencionados de Manoel Albano Amora e Raimundo Girão, o estudo de Hugo Victor Guimarães, **Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará**, e o capítulo dedicado ao Senador por Nertan Macedo no seu **O Clã de Santa Quitéria**, é o artigo publicado, sem assinatura, no jornal **A República**, de Fortaleza, em 3 de setembro de 1909, cuja autoria, julgava Hugo Catunda, seria do Dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil. Pela leitura depreende-se não somente a informação segura, como um tom de afetividade e admiração que não poderiam partir de outra pena que não fosse a do filho, homônimo, réplica do pai.

O Senador Pompeu nasceu em Santa Quitéria a 6 de junho de 1818 e faleceu em Fortaleza no dia 2 de setembro de 1877. Era padre e bacharel em Direito, ordenado e formado em Pernambuco. Escreve o seu biógrafo d'**A República**: "Na carreira do Sacerdócio, teria atingido a celebridade de um Flechier, se o desejo da família não estivesse em completa antinomia com os pendores da sua vocação. Sabia ter a conveniência, a circunspeção, a altiva dignidade de seu ministério, mas via-se que o destino nele obrava às avessas". Na verdade, cedo o Padre Tomás Pompeu de Sousa Brasil tro-

caria as cerimônias eclesiásticas pelas cerimônias do magistério. Tinha mais vocação para as lutas políticas, para a jurisprudência e para os estudos sociais. Todavia permaneceria para sempre um homem de fé, não renegando os hábitos talaes nem abjurando a sua fé. "O jurisconsulto — acrescenta o biógrafo — o sábio, o escritor, o estadista iam ofuscar, em breve, o le-vita".

O Senador teve um notável desempenho em todas as suas áreas de atuação. A sua numerosa bibliografia revela um completo domínio dos conhecimentos do seu tempo, era um indormido, na justa expressão de Raimundo Girão, humanista integral, especializado nos estudos de História e Geografia, jornalista perfeito, pioneiro das reformas do sistema de ensino primário e liceal, político reformador e o mais distinguido dos liberais da sua época. Dois dias depois da sua morte, o jornalista João Brígido, fez-lhe o necrológio, n'O Cearense, referindo-se ao Senador como "um sábio e um filantropo que viveu bem pouco, para tantas esperanças e benefícios que a Pátria aguardava ainda". Morto aos 59 anos, 2 meses e 26 dias, vítima de parada cardíaca, teve uma vida, lê-se n'O Cearense, de 4 de setembro de 1877, "agitada pela luta constante e fértil do pensamento, glorificada pelas idéias de trabalho e coroada pelos mais esplêndidos triunfos".

Entre os trabalhos que publicou em vida destacam-se os seguintes: **Princípios Elementares de Cronologia para Uso do Liceu do Ceará**, 1850; **Compêndio de Geografia Geral**, 1856; **Memória sobre a Estatística da Província do Ceará**, 1856; **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**, em dois volumes, o primeiro, de 1863, e o segundo, de 1864; **Memória sobre a Conservação das Matas e Arboricultura**, 1859; **Sistema ou Configuração Orográfica do Ceará** e **Memória sobre o Clima e Secas do Ceará**, ambos publicados no ano da sua morte, em 1877. Acrescente-se ainda a sua participação no jornal liberal **O Cearense**, de que foram fundadores Tristão Araripe e Frederico Pamplona; no jornal **O Brasileiro**, este criado pelo Senador Pompeu; e no Senado do Império, onde de 1864 a 1876, redigiu centenas de discursos, pareceres, emendas, requerimentos e comunicações.

Da importante obra humanística e científica que nos deixou o Senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil merece realce, pela sua atualidade, o seu pensamento sobre a educação, a agricultura, a ecologia, e, naturalmente, a política. Bastaria o fato de ele ter fundado o Liceu do Ceará, instituição pioneira do ensino médio no Estado, e ter educado gerações que se destacaram na vida pública e intelectual da então província, para que o seu nome fosse reverenciado como um dos mais prestigiosos educadores brasileiros. De fato — posso testemunhar, eu que pouco conhecia os escritos do Senador, pude encontrar no setor de obras raras da Biblioteca Pública do Estado, graças às facilidades que me foram proporcionadas pelo Secretário de Cultura Eduardo Campos, e a colaboração de F. S. Nascimento e Valda Weyne que,

incansavelmente, me ajudaram a rever velhos jornais, coleções de leis, regulamentos e atas do Ceará Provincial — descobri, rejubilado, como o pensamento de Tomás Pompeu, patente nas leis e regulamentos que ele mesmo redigiu, nos regimentos e programas escolares que modernizou, de repente, ajudou a delinear no meu espírito a figura de um liberal progressista, de um divulgador da ciência, reflexo do iluminismo do século anterior, de um jovem de espírito, pensador indormido e inconformado, criador e inovador.

É interessante verificar nesses escritos a disciplina, o método e a organização. Por exemplo, no regimento do Liceu do Ceará, de 1845, entre outras disposições ali fixadas, há a que obrigava os professores continuarem a usar os mesmos compêndios, até que a congregação do Liceu aprovasse outros e os propusesse ao Governo. Medida acertada e que hoje deveria ainda ser adotada, o que impediria a verdadeira inflação de títulos e autores que outro objetivo não têm senão o lucro. Observa o biógrafo do Senador, n'A República: "O Liceu do Ceará, atualmente um dos institutos de ensino secundário mais florescentes da República, fundou-se a instâncias do seu acendrado amor e interesse pela educação de seus jovens contemporâneos". Revela ainda o cronista que apesar dos encargos administrativos — o Senador foi Diretor e lente da cadeira de Geografia e História do Liceu do Ceará — Tomás Pompeu continuou a aperfeiçoar os estudos da sua língua e das línguas francesa, latina e inglesa, habituando-se ao convívio de Horácio, Virgílio, Tácito, Lucrécio, Juvenal, Ovídio, Camões, Milton, Bossuet, Larmartine e Vieira. Tempos outros em que os mestres do ensino secundário liam nos idiomas originais e discutiam as idéias filosóficas, científicas e literárias dos maiores vultos da cultura universal!

O ensino primário mereceu também a atenção do Senador. Com efeito, é dele o Regimento Interno que dispõe sobre a Instrução Pública na Província do Ceará, de 1856. O Regimento determinava que todas as escolas dispusessem de livros suficientes para os alunos indigentes e, curiosamente, com o fim de corrigir defeitos, como a escoliose e as doenças de olhos, aconselhava que os alunos não escrevessem muito debruçados nos bancos e que nem lessem com os livros muito juntos aos olhos. Dizia ainda que o professor devia tratar os alunos com amor, embora aconselhasse que nunca os tratasse por tu. Por outro lado, o aluno ao entrar na sala de aula deveria cortejar o professor e após colocar o seu chapéu no cabide. Bons tempos, realmente, de cabides, chapéus e, de amor!

As idéias reformistas de Tomás Pompeu, observa Nertan Macedo, "eram adiantadas demais para o seu tempo, embora ainda hoje (e sempre) irrecusáveis pela sua lógica e pelo alto senso de realidade que traduziam". Mas foi sempre assim: ou se fica na vanguarda ou se permanece à retarguada. O Senador pela sua formação, cultura, ideologia, coerência e atualização,

teria, forçosamente, que estar sempre à vanguarda do seu tempo. Tendo sido exonerado da direção do Liceu, pela ascensão dos Conservadores ao Poder, logo mais tarde seria reconduzido àquela instituição, escrevendo então um relatório ao Presidente da Província no qual insiste nas suas idéias reformistas, onde é simplesmente admirável o passo em que defende o que hoje se chama de ensino profissionalizante. Certo, o Senador bem sabia que não bastava o ensino das humanidades, era preciso adaptar os jovens saídos do Liceu à realidade física do meio em que viviam, ajustá-los à agricultura, e ao desenvolvimento dos recursos naturais. Escreve o Senador: "É notável que em um país onde a agricultura e a criação de gados formam os dois ramos principais de sua indústria e riqueza, não haja meios de auxiliar a exploração e o desenvolvimento dos recursos naturais e de evitar os males que paralisam essas indústrias, meios que poderão encontrar-se pela escola, no conhecimento das ciências práticas".

O *Ensaio Estatístico*, publicado em dois volumes, com 1.270 páginas, é a obra de maior fôlego escrita por Tomás Pompeu. Obra pioneira também e realizada com extremo cuidado, sacrifício e pertinácia. Dividida em quatro partes, abrange o estudo físico do território e suas relações, a política, a estatística das comarcas, municípios e freguesias, e o resumo cronológico da história da província, este escrita por João Brígido. Para obtenção dos dados estatísticos o Senador distribuiu formulários devidamente preparados para a coleta de informações. Apenas 20% dos formulários foram respondidos. Observa, criticamente, o autor: "é um fato bem estranho que o antigo governo colonial mostrasse mais solicitude e interesse pela investigação do solo, riqueza e população, em fim da estatística das capitanias, do que o governo da independência para cá, apesar do preceito institucional".

Revela o Senador o seu entusiasmo pela agricultura — em que hoje se depositam tantas esperanças — "A agricultura é, como diz um estatístico, o primeiro de todos os interesses dos povos, e todavia, por sua inconcebível fatalidade, o menos conhecido, e o mais desprezado de todos". É com esse mesmo espírito que Tomás Pompeu irá defender as nossas matas e a arboricultura como meio de melhorar o clima da nossa terra. Premonitória defesa das nossas riquezas naturais que transforma a figura do Senador num precursor da luta pela preservação do meio ambiente.

A Fortaleza de 1860 está muito distante de nós: a capital tinha naquela época 35.373 habitantes, dos quais 2.861 escravos. A força policial, que não tinha muito que fazer, contava com 216 praças e um oficial. O algodão, o café, a cana-de-açúcar, o tabaco, a mamona e a farinha de mandioca eram, em ordem de importância, os produtos mais comercializados. As enfermidades eram raras, predominando as oftalmias, atribuídas às areias finas que cobriam o litoral. Os poucos médicos existentes haviam feito naquele

ano um total de 29 operações. A raiz de cipó, os grelos de mangueira e as folhas de abacate, informa o Senador, também atento, como Garrett, para as coisas mundanas, eram notáveis afrodisíacos.

Outras duas obras do Senador que permanecem atuais são, como já referimos, a **Memória Sobre a Conservação das Matas e a Arboricultura** e a **Memória Sobre o Clima e Secas do Ceará**. A primeira, escrita em 1859, resultou de artigos publicados por Tomás Pompeu n' **O Cearense** contra a devastação das matas e a conveniência de tentar-se a arboricultura como meio de preservar o Estado do flagelo das secas. A Memória traz uma epígrafe do Barão Humboldt e é tão atual, para as novas gerações que as desconhecem, pois, escrevia aquele sábio, destruir e saquear as matas é preparar para as gerações futuras calamidades como a seca e falta de combustível. Ora a destruição de matas, que hoje continua de maneira violenta e mesmo criminosa — vejam-se os choques nas reservas indígenas, onde grupos econômicos devastam centenas de hectares de florestas, criando um conflito injusto e desumano, com o objetivo do lucro fácil, à custa da violação dos territórios reservados a uma minoria que deveria ser preservada e dignificada — causa males irreversíveis ao equilíbrio ecológico. Indaga o Senador na sua **Memória**: "A destruição de matas entre nós nas serras, e nas praias; os incêndios dos campos todos os anos no sertão têm concorrido visivelmente a nossos olhos para a diminuição das águas, e desaparecimento de muitas fontes; não terá igualmente concorrido para as secas que têm assolado esta província do Ceará e suas vizinhas?" Conclui Tomás Pompeu o seu ensaio com uma epígrafe que foi buscar a Portugal, assegurando-nos que deveria ser a epígrafe de todos os escritos sobre a empresa de utilidade pública: "A natureza pôs à nossa disposição todos os elementos da felicidade terrestre. Aos homens cumpre, pela ciência e pela mutualidade, executar os altos mandamentos que Deus escreveu na natureza".

A **Memória sobre o Clima e Secas do Ceará** constitui o último esforço do Senador, escreve o filho, o Doutor Tomás Pompeu, "em prol da terra que o viu nascer, à qual consagrou o melhor de sua atividade intelectual". O ensaio foi publicado em 1877, em duas edições sucessivas. Uma terceira edição apareceu em 1902, no **Almanach**, editado por João Câmara, e traz um prefácio do Dr. Tomás de Sousa Brasil. Diz o Dr. Pompeu: "A **Memória** (. . .) indica precisamente os remédios aplicáveis aos males que tão ao vivo assinala; não com o otimismo patriótico de quem desconhece as dificuldades, mas com o senso prático adquirido por longa experiência e pelo estudo que se há feito alhures com feliz êxito. Reagir por todos os meios contra essa indiferença que ameaça reduzir o Ceará às condições de terra muçulmana, estacionária, incapaz de iniciativa, juguete do destino, deve ser o nobre feito dos que põem acima dos fugaces interesses políticos ou particulares o grande amor da

pátria". Melhor depoimento não poderia ser gravado sobre o último trabalho do Senador Pompeu. Porque, na verdade, ontem como hoje, tem sido mais cômodo atender aos interesses políticos e/ou particulares do que aos interesses do povo e da nação.

O saudoso escritor Joaquim Alves, no seu clássico ensaio **História das Secas**, publicado em 1953 graças às diligências de Mozart Soriano Aderaldo, dedica um capítulo ao Senador Pompeu e aos seus trabalhos sobre o clima do Nordeste. Revela que os estudos do Senador obedeceram a uma orientação científica e que o cientista utilizava métodos então usados nos grandes centros culturais. E observa: "São ainda atuais as observações do Senador cearense". No Senado Tomás Pompeu também defendeu a urgência de medidas visando minorar o problema cíclico. Os cearenses estavam despreocupados, havia trinta e dois anos que o fenômeno não se repetia. Por outro lado, a deficiência cultural do meio e a falta de dinheiros públicos impediam qualquer programa sério. Ironicamente, quis a fatalidade que no ano da morte do Senador, em 1877, se reiniciasse o calamitoso quadro. Com efeito, a seca de 1877, foi desastrosa. Escrevera o Senador, concluindo o seu último trabalho: "Infelizmente está em nossa índole que só na ocasião do mal são lembradas certas medidas; passado ele, volta-se ao indiferentismo costumado; os 32 anos, de 1845 a 1877, iludiram os cearenses, fizeram-nos esquecer de repetição da seca". Ainda hoje, acrescenta Joaquim Alves, "a repetição da seca seria uma das maiores calamidades, maior mesmo que as de 1877 e 1932, com todos os recursos que dispõe a região, porque o crescimento demográfico nos Estados do Nordeste seco excedeu, nos 17 anos decorridos da última crise climática, a mais de 45%, destarte contribuindo para dificultar o abastecimento e transporte das populações em caso de emergência".

Entre 1952, quando Joaquim Alves concluiu a redação da **História das Secas**, e 1980, são decorridos 28 anos. Outras secas sobreviriam. Teriam sido resolvidos os problemas?

Do político sobressai a figura do pensador liberal e chefe do partido no Ceará, defensor das causas libertárias, primeiro como Deputado à Assembléia Geral, depois como Senador do Império. No Senado defendeu e votou a favor da Lei do Ventre Livre, criticou e votou contra a Reforma Eleitoral de 1875 e questionou a Campanha das Cordilheiras por ocasião da Guerra do Paraguai. O Partido Liberal era o seu grande campo de ação e o seu comportamento político, tanto na Câmara como no Senado, grangeou-lhe a admiração das mais importantes figuras do seu tempo. A participação política do Senador assim é vista por Raimundo Girão: "Nunca desceu à politicagem, à tal política de p pequeno, cheia de maranhas, golpes, decepções e felonias. Tem sempre o nome limpo, porque limpas são as suas atitudes".

Eleito Senador aos 45 anos tornou-se logo figura de proa do Partido

Liberal e manteve relações com numerosas figuras que compunham o cenário político do Império. José Aurélio Câmara que reuniu na **Correspondência** do Senador 42 cartas atesta a estima e a admiração que gozava entre os seus colegas e amigos. Entre essas cartas merecem referência as que lhe dirigiram os escritores e políticos José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo. Alencar era adversário político de Pompeu, pois pertencia ao Partido Conservador, no entanto escreve-lhe uma carta amistosa, desejando-lhe o melhor êxito na sua candidatura por Imperatriz, hoje Itapipoca, nas eleições de 1856 para a Assembléia. Joaquim Manuel de Macedo, o conhecido autor d'**A Moreninha**, político pelo Rio de Janeiro, deputado em várias legislaturas, agradece em 1862 ao Senador as sementes de atas e graviolas que recebera e confessa a Tomás Pompeu o seu descrédito sobre as coisas públicas. Diz Macedo: "Estamos nesta capital em calmaria podre a respeito da política, e, apesar de quanto se diz e escreve, vejo ainda os nossos partidos mal organizados e pior disciplinados; não sei se é daí que provém uma certa descrença política que desde alguns anos me abate. Hoje estão na ordem do dia os roubos e escandalosos abusos . . ." E, são mesmo de 1862 estas declarações do Deputado e romancista Macedo. No entanto, parecem-nos soar tão recentes!

Tomás Pompeu e Martiniano de Alencar foram no século passado as maiores figuras da política provincial, cujos pontos de contacto — anota José Aurélio Câmara — reclamam um confronto e insinuam um paralelo. Com efeito, ambos eram cearenses, ambos padres e Senadores do Império, e deixaram os dois descendência ilustre.

Da sua união com Felismina Carolina Figueira, natural do sul do Estado, teve o Senador Pompeu quatro filhos: Maria Teresa, Antônio, Tomás e Hildebrando. Maria Teresa casou-se com o Doutor Antônio Pinto Nogueira Acioli, que substituiu o sogro na direção do Partido Liberal e foi, como se sabe, um dos mais notáveis políticos do Ceará Provincial e do Ceará Republicano. O terceiro filho, seu homônimo, Tomás Pompeu de Sousa Brasil, seguiu, brilhantemente a trajetória paterna. O Doutor Tomás Pompeu de Sousa Brasil formou-se em Direito no Recife. Fundou em Fortaleza, em 1872, a associação literária **Academia** e o jornal maçônico **Fraternidade**. Foi professor de Geografia do Liceu do Ceará e Deputado à Assembléia Geral, no período de 1878 a 1886. Foi Vice-Presidente da Província e fundador da Academia Cearense de Letras, ocupando a Cadeira nº 36, para a qual escolheu como Patrono o seu pai. Fundou a Faculdade de Direito e foi professor da Escola Militar do Ceará e da Escola Normal. Coerente com as suas idéias políticas, abandonou as atividades partidárias diante da proclamação da República. Nascido a 30 de junho de 1852, faleceu a 6 de abril de 1929, deixando publicada importante obra jurídica e política.

Assinale-se que o Dr. Tomás Pompeu foi o Primeiro Presidente da Academia Cearense de Letras, tendo permanecido na presidência até a reor-

ganização da Academia em 1922. Com o falecimento do Dr. Pompeu, sucedeu-lhe na Cadeira nº 36 o Doutor Adauto de Alencar Fernandes, natural do Acre, onde nasceu em 1899. Completaria também cinqüenta anos de vida acadêmica, se não se tivesse afastado do Sodalício, transferindo residência para o Estado do Rio de Janeiro. Fez os estudos secundários no Liceu do Ceará e graduou-se pela Faculdade de Direito do Ceará. Foi Promotor de Justiça em várias comarcas deste Estado e Juiz de Direito. Demitiu-se do cargo de Juiz em Porteiras e mudou-se para o Sul, onde exerceu durante trinta e cinco anos o magistério superior como Professor de Direito da Universidade Federal Fluminense. Escreveu numerosa obra jurídica. Vaga a Cadeira, com a transferência de Adauto Fernandes para a classe de sócio-correspondente, foi esta ocupada pelo Doutor Hugo Catunda Fontenele que nela permaneceria até a sua morte, ocorrida em fevereiro deste ano.

Não conheci Hugo Catunda, e como diz o aforismo, tive pena. Eleito agora para a Academia substituo-o na Cadeira nº 36, de que ele foi o terceiro ocupante, desde a reorganização do Sodalício em 1951, com a absorção dos membros da Academia de Letras do Ceará, instituição de vida paralela que acabou por se fundir à Academia Cearense de Letras. Hugo Catunda era natural de Ipueiras onde nasceu a 10 de agosto de 1899. Graduou-se, em 1936, em Ciências Sociais e Ensino Rural pela Universidade Rural do Rio de Janeiro. Voltando ao Ceará exerceu várias funções públicas, tendo ocupado, sucessivamente, os cargos de Diretor do Departamento Estadual de Educação, Diretor do Arquivo Público e Museu Histórico, Diretor de Orientação e Fiscalização do Ensino, Secretário de Educação e Cultura do Município de Fortaleza, Diretor do Ensino Rural, Delegado Regional do Ensino, Vice-Presidente do Conselho Estadual de Educação e Juiz em disponibilidade do Tribunal de Contas do Município. Ainda cedo, desgostoso com a vida pública, retirou-se para Ipueiras, onde passou a viver no sossego da sua casa entregue às suas leituras e às suas lembranças, vindo a falecer, como disse, em fevereiro deste ano. Na verdade, fez como o seu ancestral luso Alexandre Herculano, que, desiludido com os rumos da política do seu tempo, importunado com a empáfia e as intrigas dos sevandijas e louvaminheiros, exilou-se na quinta de Vale-de-Lobos e de lá não mais saiu, entregue ao cuidado das suas vinhas e das suas oliveiras, revendo os seus escritos, até prestar contas com o Criador.

Quem melhor do que eu poderia louvar Hugo Catunda seria Nertan Macedo seu amigo, confidente e atento discípulo. Ou Otacílio Anselmo, a quem Hugo Catunda deu total apoio quando aquele escrevia o apreciado ensaio sobre o Padre Cícero. Foi Hugo quem forneceu a Otacílio a preciosa documentação sobre o movimento armado que resultou na deposição do presidente Marcos Franco Rabelo, e pôs, ainda, ao seu alcance cópias da correspondência entre o bispo D. Joaquim José Vieira e o Padre Cícero

Romão Batista. É esse aspecto da personalidade do meu antecessor o que mais me comoveu. Dedicando toda a sua atenção e espírito à literatura documental, preferia os livros de História e Geografia, de ciência em suma, como os seus antecessores Senador Pompeu e Doutor Tomás Pompeu de Sousa Brasil. Em depoimento a Sânzio de Azevedo, que mo transcreve em carta, confessara Hugo Catunda não possuir muitas obras de ficção. Empregava o termo *ficção* no sentido lato, abrangendo a poesia e a narrativa, o que já era notável para um historiador. Reunira uma inestimável soma de conhecimentos históricos e geográficos, pesquisando arquivos, reunindo documentos, lendo o que era publicado e mantendo-se em contacto com as instituições culturais do país e do estrangeiro. Todavia, era um torturado, quando se dispunha a escrever no papel os seus comentários e os seus anseios. Buscava a perfeição do estilo qual um novo Flaubert. E essa procura da perfeição bloqueava o escritor que poderia ter deixado para as novas gerações uma bibliografia imprescindível aos estudos sociais do Nordeste seco. No entanto, não guardava, usurariamente, os seus conhecimentos. Colocava-os à disposição dos seus mais íntimos amigos e daqueles em que achava o necessário talento para levar avante projetos de novos livros. Assim, em Nertan Macedo encontrou um brilhante colaborador, e dessa amizade resultou a trilogia: **O Clã dos Inhamuns**, **O Clã de Santa Quitéria** e **O Bacamarte dos Mourões**. Ao ingressar na Academia Nertan agradeceria a Hugo Catunda, que lhe fez a saudação, com estas palavras: "Não posso esquecer que muito vos devo em ajuda e lição no tocante aos meus próprios trabalhos. Eu não teria escrito **O Bacamarte dos Mourões** sem as luzes e a alegria do vosso talento. Juntos, posso assegurar, fizemos aquele livro". Reconheceria Hugo Catunda que naqueles livros havia "autênticos e ainda não contados capítulos da história da nossa formação social, marcada no seu início, de lutas e paixões, de individualismos e arrogâncias dos grandes e poderosos grupos familiares que senhoreavam a terra e assentaram nela a imensa base física do seu incontrastável domínio econômico e social".

Hugo Catunda escreveu diversos ensaios sobre temas educacionais, históricos e sociais, que poderão ser consultados na **Revista do Instituto do Ceará**, e na **Revista da Academia Cearense de Letras**, sobressaindo-se entre eles o ensaio sobre Justiniano de Serpa, lido por ocasião do primeiro centenário de seu nascimento. É autor também do notável prefácio especialmente escrito para a segunda edição de **A Sedição de Juazeiro**, de Rodolfo Teófilo, e deixou inédito um estudo genealógico sobre a família Acioli. Bastaria, contudo, aquele prefácio para assegurar a Hugo Catunda o merecido lugar na história das idéias contemporâneas do Ceará. Dotado de um extraordinário poder de síntese, vocação de cientista social, o escritor dominava toda a história cearense, e poderia ter continuado, não fosse a tortura do estilo, o magistral trabalho iniciado por Capistrano de Abreu.

O prefácio constitui importante documento sobre um episódio que tem sido estudado por sociólogos e historiadores, e que já mereceu uma tese de doutoramento em universidade estadunidense. Os acontecimentos criticados abrangem a queda da oligarquia Acioli até a eclosão da sedição de Juazeiro. Escreve, argutamente, Hugo Catunda ao analisar o período pós-republicano: "As forças reacionárias continuavam latentes atuando surdamente, e um pretexto qualquer provocaria a sua eclosão inevitável, tendente à reposição das causas no seu verdadeiro clima". Conclui o ensaísta, e também eu estou prestes a terminar, com o balanço da revolução: "Assim, ninguém fora culpado, ninguém quis carregar, pelo tempo afora, o peso de tantos crimes e atentados que se cometeram; mas a História recolheu os seus nomes e os apontou à condenação dos tempos e das gerações. Ninguém mais quis ser o dono da sedição de Juazeiro, embora, através do latrocínio e da pilhagem, muita gente tenha ficado dona de muitas outras coisas".

Senhores Acadêmicos, minhas senhoras, meus senhores:

A sensação que experimento nesta solenidade pode ser comparada, permiti-me, à sensação vivida pelo Doutor Sigmund Freud, ao receber e agradecer, com as palavras a seguir, o Diploma de Doutor **Honoris Causa** pela Universidade Clark, em 1909, nos Estados Unidos: "Este é o primeiro reconhecimento oficial aos nossos esforços".

Ou ainda à alegria manifestada pelo vosso poeta maior (a partir de agora nosso poeta) Juvenal Galeno, ao receber o diploma de **Padeiro-mor honorário**, que lhe fora concedido pelos membros da "Padaria Espiritual", como revela o saudoso mestre Dolor Barreira. Nessa ocasião Juvenal recitara aqueles famosos versos:

*"quem não tem merecimentos
glórias não pode alcançar!"*

Não sei se fiz por merecê-lo, entendo o prêmio como o reconhecimento aos vinte e cinco anos dedicados à educação, ao exercício do magistério no ensino médio, no ensino técnico-comercial e, por fim, na Universidade; aos quase trinta anos de atividade literária e jornalística, e à participação intensa na vida cultural do Estado. Não tendo nascido aqui, eis-me, neste momento, um cidadão cearense, pelo diploma que acabais de conferir-me, o mais valioso de todos.

Acedêmico Artur Eduardo Benevides: agradeço-vos a bela oração que proferistes com o coração e com os dotes do poeta admirável e do generoso amigo que sois. O meu relacionamento convosco tem a idade da minha vivência em Fortaleza. Com efeito, adolescente eu vos exibia, timidamente, as minhas primeiras composições poéticas, e vós com a natural bondade de irmão mais velho as lestes e me estimulastes a prosseguir. Logo publicáreis os meus poemas na revista *Clã*, escolhendo um deles para figurar

no vosso aplaudido **Cancioneiro de Fortaleza**. Foi nessa década, lá vão quase trinta anos, que conheci por vossa mão, em memoráveis conversas no antigo Café do Comércio, Fran Martins, Moreira Campos, João Clímaco, Antônio Girão Barroso, Braga Montenegro e Durval Ayres. No início da década seguinte, através do querido amigo Milton Dias, conheci essa figura de gigante marcada pela fidelidade ao meio, o Reitor Martins Filho, que me trouxe para a Universidade. A vós, Acadêmico Artur Eduardo Benevides, os meus agradecimentos e a confirmação da minha admiração, amizade e respeito.

Aqui estou, Senhor Presidente, a Academia será a continuidade do meu trabalho universitário e intelectual. Sou-vos muito grato pela festa que me proporcionastes. Asseguro-vos a minha fidelidade à instituição, que decorre da minha fidelidade aos princípios de independência intelectual e política, comprometida apenas com a justiça social e com a liberdade de expressão, recusando o medo, a alienação e a opressão dos ideologismos. Porque, como ensina Sartre, o homem nada mais é do que uma série de empreendimentos pois ele é a soma, a organização, o conjunto de relações que constituem esses empreendimentos. Em outras palavras, as coisas serão tais como o homem tiver decidido que elas sejam.

Neste final de século, quando a civilização industrial for tragada pela civilização da informática e estivermos todos submetidos ao domínio dos computadores, dos símbolos e da manipulação das informações simultâneas, tentando sobreviver, nós os países pobres cada vez mais pobres entre os países ricos cada vez mais ricos, só nos restará esconjurar o fantasma do apocalipse e proclamar a verdade do amor. E a justiça? A Justiça é a equidade. Mas a justiça dos homens tem quase sempre se transformado em tirania, em punição, em sanção, em castigo. Não esperemos por essa justiça, cuidemos do amor. Pode ser que essa palavra, como afirmou Eugène Ionesco, tenha se tornado até ridícula. Mas é a única palavra que nos poderá salvar. Enfim, queridos amigos, é a única palavra que ainda pode significar alguma coisa.